

**DETERMINANTES DO NÍVEL DE DISCLOSURE OBRIGATÓRIO REFERENTE AO CPC
27 - ATIVO IMOBILIZADO DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO LISTADAS NA B3,
NO SEGMENTO NOVO MERCADO**

MAYKON LOPES LIMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

ROBERTA CARVALHO DE ALENCAR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES GORDIANO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

CINTIA DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

DETERMINANTES DO NÍVEL DE *DISCLOSURE* OBRIGATÓRIO REFERENTE AO CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO LISTADAS NA B3, NO SEGMENTO NOVO MERCADO

1 INTRODUÇÃO

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) surge visando à convergência internacional, centralização na emissão, representação e padronização das normas contábeis. Conforme Integrantes do CPC (2007, p. 4), a sua instalação “[...] é fruto de análises cuidadosas e profundas, desenvolvidas por algumas das melhores inteligências das áreas acadêmica, governamental e da iniciativa privada”. Pena (2008) considera que a necessidade de integrar regras contábeis aos padrões internacionais converge com o ideal de participação de representantes da esfera econômica-empresarial discutindo democraticamente as normas emitidas pelo CPC, enfatizando a importância de sua criação.

Especificamente, o CPC 27 (2009) estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados, principalmente no que se refere: a) reconhecimento dos ativos; b) determinação de seus valores contábeis; c) valores de depreciação; e d) perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos. Tal pronunciamento está relacionado à norma internacional IAS 16 - *Property, Plant and Equipment*.

Mazzioni *et al.* (2016) ressaltam a relevância do ativo imobilizado e sua capacidade de afetar o resultado da empresa, via depreciação. As alterações realizadas neste grupo de ativos podem causar impactos relevantes na estrutura das empresas (REIS; NOGUEIRA, 2012).

Diante disto, o nível de evidenciação dos ativos é primordial para basear as decisões dos investidores, visto que não possuem acesso direto à informação da gestão da entidade (SILVA; KUTIANSKI; SCHERER, 2017).

Com as exigências de divulgação presentes no CPC 27 (2009), faz-se necessário desenvolver pesquisas e mecanismos que avaliem a aderência das empresas às respectivas exigências. Para Costa e Oliveira (2015) fatores corporativos explicam o grau de cumprimento dos requisitos da divulgação sobre ativos imobilizados. Embora o CPC 27 estabeleça os itens de evidenciação obrigatória, estudos anteriores têm demonstrado variações na aderência a tais requisitos. Kaveski, Carpes e Klann (2015) afirmam que em média 59% destes itens foram efetivamente evidenciados pelas empresas de capital aberto no Brasil. Cenário não tão distante da aderência aos dispositivos da norma internacional sobre imobilizados, conforme revelam Costa e Oliveira (2015) em pesquisa realizada junto às empresas cotadas na *Euronext* Lisboa, que constatou grau de cumprimento médio dos requisitos de divulgação da IAS 16 de 67,3%.

O *disclosure* revela-se, então, uma ferramenta importante para análise empresarial na medida em que a disponibilização ou ausência de informações interferem na atribuição de valor ao negócio (SANTOS; COELHO, 2018).

Logo, a divulgação da informação contábil relativa ao ativo imobilizado, torna-se uma ferramenta eficaz para a tomada de decisão e projeção dos futuros fluxos de caixa, proporcionando menor assimetria informacional e maior transparência, transmitindo segurança ao mercado e conseqüentemente reduzindo os riscos de investimento (CASSOTO; ZANOTELI, 2018; SCARPIN *et al.*, 2014).

A pesquisa é oportuna diante da importância do ativo imobilizado na perspectiva da premissa de continuidade dos negócios, sendo este grupo de contas essencial na produção, geração de benefício futuro das entidades, rendimentos e liquidez, além do fato de normalmente constituir o grupo mais representativo da estrutura patrimonial da empresa (ASSAF NETO, 2008). Ressalte-se que os imobilizados possuem considerável relevância no conjunto de ativos de uma companhia, sobretudo nas industriais, conforme apontam Karapavlović, Obradović e

Bogićević (2020), podendo alcançar, em certas situações, a mais de 90% de participação em comparação com o ativo total de empresas, reforçando a necessidade de atenção e estudos que monitorem o seu comportamento. Os mesmos autores reforçam a necessidade de estudos sobre o tema em economias emergentes, uma vez que, em sua visão, nesses países os imobilizados não são suficientemente examinados (KARAPAVLOVIĆ, OBRADOVIĆ E BOGIĆEVIĆ, 2020).

Diante do exposto e visando ampliar as pesquisas referentes ao *disclosure* de ativo imobilizado, a questão de pesquisa que o presente estudo busca responder é: Quais os fatores determinantes do nível de *disclosure* relativo ao CPC 27 – Ativo Imobilizado nas empresas de capital aberto listadas no segmento do Novo Mercado, da B3, no exercício de 2018?

Este estudo tem como objetivo geral identificar os determinantes do nível de *disclosure* relativo ao CPC 27 – Ativo Imobilizado das empresas de capital aberto listadas no segmento do Novo Mercado, da B3, referente ao exercício de 2018. Os objetivos específicos são: i) identificar os itens do Ativo Imobilizado menos divulgados pelas empresas; ii) classificar os setores de atuação das empresas por *ranking* de maior nível de evidenciação; e iii) analisar a relação entre a variável Nível de *Disclosure* do Ativo Imobilizado com as variáveis Tamanho, Endividamento, Rentabilidade e *Big four*.

A pesquisa é classificada como descritiva e quantitativa, e quanto aos delineamentos, bibliográfica e documental. A amostra é composta por 119 empresas listadas na B3, do segmento Novo Mercado, referente ao exercício de 2018. Como instrumento de coleta de dados, foi elaborado um *check list*, em que foi utilizado o sistema de pontuação que adota o valor 1 quando a empresa divulga em sua Nota Explicativa o item de divulgação estabelecido no CPC 27 – Ativo Imobilizado, e 0 caso contrário. Foram utilizadas três técnicas de análise de dados: 1) estatística descritiva; 2) correlação de *Pearson*; e 3) análise de regressão múltipla.

O estudo está estruturado em cinco seções. A primeira seção, introdução, trata sobre o contexto do estudo e apresentação dos objetivos. A segunda seção, referencial teórico, evidencia o embasamento da pesquisa, estudos anteriores e hipóteses formuladas. A terceira seção, metodologia, trata dos métodos e técnicas utilizadas no estudo. A quarta seção, análise dos resultados, demonstra as inferências obtidas através da utilização das técnicas estatísticas. A quinta seção, conclusão, resume os principais resultados da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ativo imobilizado

O CPC 27 - Ativo Imobilizado (2009, p. 3), define o ativo imobilizado como “[...] direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade”, devendo ter uma expectativa de utilização por mais de um período.

Gelbcke *et al.* (2018) ressaltam a condição permanente de seus ativos tangíveis, devendo estes estarem sob o controle da entidade, e terem seus benefícios e riscos assumidos pela mesma, deste modo, podendo ser reconhecido ainda que não seja juridicamente propriedade da empresa. O ativo imobilizado deve ainda estar relacionado à atividade principal da empresa, e devido ao seu caráter permanente, não pode estar destinado à venda (MARION, 2009).

A avaliação de ativos imobilizados pode ser confusa para os usuários da informação e menos confiável em termos de comparabilidade entre empresas que usam diferentes modelos de avaliação (BAEK E LEE, 2016). Para mitigar tais dificuldades, no Brasil, inspirado pela norma internacional, o reconhecimento do ativo é estabelecido mediante dois critérios: i) ser provável a geração de benefícios econômicos futuros para entidade, através do bem, e ii) o custo do bem deve ter a capacidade de ser mensurado confiavelmente. Já o custo de um item do ativo

imobilizado compreende: i) o preço de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis, ii) custos diretamente atribuíveis para tornar o ativo apto a exercer a função pretendida, e iii) estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e restauração do local em que está instalado, caso se aplique (CPC 27, 2009).

Os itens que compõe o ativo imobilizado, em sua grande parte, possuem o período de vida útil limitado, sendo a depreciação a principal determinante deste período, visto que através da depreciação, os custos do ativo imobilizado são reconhecidos ao longo dos exercícios em que foram aproveitados os benefícios do determinado ativo. Ressalta-se que a aplicação do teste de *impairment* também é relevante na medida em que aplica o fundamento que nenhum ativo pode existir por valor que não seja recuperável mediante venda ou utilização por parte da empresa (GELBCKE *et al.*, 2018).

De acordo com Karapavlović, Obradović e Bogićević (2020), os ativos imobilizados são muito importantes para as empresas e por isso as políticas contábeis relativas à sua mensuração e divulgação podem influenciar significativamente a posição financeira e o desempenho reportados. Isto implica que a maioria das empresas não podem ser indiferente em suas escolhas contábeis relativas à medição e tais escolhas e seus efeitos devem ser objetos evidenciação adequada. Assim, no Brasil, o O CPC 27 (2009) lista entre os itens 73 a 79 as exigências de divulgação a serem adotadas pelas entidades, que será o objeto desta pesquisa.

2.2 Disclosure

Suzart (2016) esclarece que o *disclosure* compreende o processo de divulgação contábil das entidades, com objetivo de informar e até mesmo detalhar a composição do patrimônio, situação econômico-financeira e decisões dos gestores acerca de suas atividades. Estabelece também a divulgação das práticas contábeis adotadas para determinadas operações, critérios e mensuração, tornando-se uma variável indispensável para os *stakeholders*.

Para Baek e Lee (2016) as informações precisas e oportunas relatadas nas demonstrações financeiras mitigam a incerteza sobre o valor dos ativos de uma organização e o desempenho futuro, de forma que os investidores no mercado de títulos e valores mobiliários enfrentam menos riscos ao financiar a empresa.

O *disclosure* pode ser classificado como compulsório na medida em que atendem a solicitação dos órgãos reguladores, como as comissões de valores imobiliários e comitê de pronunciamentos contábeis, para registro das companhias abertas ou para divulgação de determinadas transações exigidas em pronunciamentos. Em contrapartida, o *disclosure* voluntário abrange, por exemplo, o balanço social, que não é exigido por lei, mas agrega na transparência da empresa no âmbito empresarial (LIMA, 2009).

O caráter compulsório do *disclosure* se faz imprescindível devido a necessidade que os usuários externos têm em avaliar a posição patrimonial e financeira das entidades, para prever de forma assertiva os fatos econômicos e suas possíveis consequências (PRAZERES *et al.*, 2016).

Todavia, embora esteja fortemente relacionada a obrigatoriedade, a evidenciação pode ser determinante em aspectos práticos das entidades, como o custo com capital, conforme estudo de Lima (2009), e no valor de mercado das empresas brasileiras, evidenciando, segundo Forte *et al.* (2019), um dos aspectos da teoria do *disclosure* que propõe a existência de incentivos para melhor divulgação e ao perceber o impacto destes incentivos às empresas elevam o seu nível de *disclosure*.

Verrecchia (2001) propõe cinco hipóteses para teste empírico do *disclosure* voluntário, afirmando que o nível de *disclosure* tem correlação: (1) Positiva com o desempenho da empresa, (2) Negativa com os custos de divulgação, (3) Positiva com o nível de assimetria informacional entre os investidores externos e a empresa, (4) Positiva com a importância dada

pela firma às percepções dos *outsiders*, e (5) Positiva com o nível passado de divulgação. Embora na proposição do autor as hipóteses sejam explicações para o *disclosure* voluntário, dado que não há pleno atendimento por parte das empresas dos requisitos de divulgação obrigatória, as hipóteses podem ser usadas também em trabalhos sobre *disclosure* obrigatório.

O *disclosure* do ativo imobilizado objetiva ampliar a disponibilização de informações para os *stakeholders*, principalmente os órgãos reguladores, acionistas minoritários e outros agentes do mercado que se utilizam das informações divulgadas (SILVA, SILVA, LAURENCEL, 2016).

O CPC 27 (2009) determina a evidenciação de itens do ativo imobilizado, destacando as categorias de mensuração, classificação e depreciação do ativo imobilizado.

2.3 Estudos anteriores

Atualmente existem diversos estudos que tratam do *disclosure* e sua relevância, impacto e aderência no meio empresarial e governamental. Entretanto, poucos buscaram evidenciar especificamente sua relação com o CPC 27 - Ativo imobilizado. Diante disto, serão apresentados a seguir estudos que referenciam a evidenciação com o CPC 27, e também com outros aspectos relevantes do patrimônio no meio empresarial.

Cunha (2009) investigou a aderência dos requisitos de divulgação previstos na norma internacional sobre imobilizados (IAS 16) nos relatórios financeiros de empresas participantes da Bolsa de Madrid e verificou um grau de cumprimento médio de aproximadamente, 55,6% dos itens de divulgação apregoados pela referida norma.

Kaveski, Carpes e Klann (2015) pesquisaram os fatores que explicam o nível de divulgação relativo ao CPC 27 e foi evidenciado que o tamanho do imobilizado está positivamente associado à divulgação de informações sobre o próprio ativo imobilizado, já a variável 'Rentabilidade' tem associação negativa com a divulgação. Silva, Silva e Laurencel (2016) verificaram que 32,9% dos itens obrigatórios não é divulgado pelas empresas analisadas e que as variáveis ADR, Auditoria, Porte e Segmento de Mercado podem explicar o cumprimento das informações obrigatórias para ativo imobilizado.

Costa e Oliveira (2015) analisaram o grau do cumprimento das divulgações da IAS 16 nas notas explicativas das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa no período de 2005-2010 e a evolução e determinação dos potenciais fatores corporativos explicativos desse grau de cumprimento. Os resultados apontaram que o tamanho da empresa e o montante de ativos imobilizados são determinantes para o cumprimento dos requisitos da divulgação previstos na IAS 16. Por outro lado, a rentabilidade, a atividade internacional e o tipo de auditor não foram relevantes estatisticamente no processo de evidenciação.

O estudo desenvolvido por Passos, Silva e Almendra (2016) investigou se as firmas com crescimento possibilitado pelo financiamento externo adotam uma política de *disclosure* mais ampla e de maior qualidade. Com uma amostra de 99 sociedades por ação de capital aberto do Brasil com ações negociadas na BM&FBovespa, participantes das carteiras teóricas dos índices de governança da referida bolsa de valores e dos níveis diferenciados de Governança Corporativa (N1, N2 e NM), foi utilizada a regressão logística que obteve como resultado a confirmação de que o *disclosure* afeta o crescimento das firmas através do seu canal de financiamento externo.

Silva, Kutianski e Scherer (2017) pesquisaram as características do nível de evidenciação em Notas Explicativas sobre o ativo imobilizado em empresas de capital aberto brasileiras, e utilizando a análise de regressão, constataram que empresas maiores, com maior grau de endividamento e auditadas pelas maiores empresas de auditoria possuem maior nível de informações evidenciadas.

Silva, Steinke e Zanchet (2018) utilizaram o modelo de regressão linear múltipla, estimado para testar a influência das variáveis, e obtiveram como resultado uma influência negativa entre o nível de *disclosure* voluntário e o custo de capital de terceiros das empresas analisadas. Bizelli, Albuquerque e Souza (2017) pesquisaram a relação entre *disclosure* e custo de capital em empresas do setor de construção civil, porém os testes não apontaram relação significativa entre as variáveis, resultado semelhante ao estudo de Freire, Suzart e Cunha (2012), onde os resultados indicaram que o aumento da evidenciação não reduziu o custo de capital das empresas analisadas. De modo análogo, Silva, Onusic e Bergmann (2012) pesquisaram a influência do e-*Disclosure* sobre o custo de capital ex-ante de empresas listadas e também não encontrou relação.

A pesquisa realizada por Carneiro e Cunha (2019) analisou a relação entre o nível de *disclosure* voluntário e o custo de capital de terceiros dos clubes de futebol com grande torcida no Brasil. A métrica desenvolvida abordou itens com aspectos econômicos, sociais e ambientais, todavia os resultados não evidenciaram relação entre as variáveis.

Forte *et al.* (2019) analisaram a influência da *disclosure* de provisões e passivos contingentes no valor de mercado das empresas brasileiras. Utilizando uma amostra composta de 226 empresas listadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), foi empregada análise descritiva dos dados e modelos de regressões com dados em painel com efeitos fixos, que constataram que o *disclosure* de provisões e passivos contingentes tem efeito positivo sobre o valor de mercado das empresas brasileiras, quando aplicados de forma conjunta. Porém, quando analisados de forma separada, o valor de mercado não é influenciado pelos passivos contingentes.

Karapavlović, Obradović e Bogičević (2020) analisaram as políticas contábeis das empresas sérvias divulgadas nas notas de suas demonstrações financeiras individuais para os anos de 2014 a 2016 com o objetivo de determinar a preferência dos preparadores das demonstrações financeiras quanto ao modelo de mensuração de ativos imobilizados, e identificaram a escolha do modelo se dá em função do tipo de empresa, mas que na Servia essa divulgação, embora exigida pelos padrões para relatórios financeiros, não são adequadas ou suficientes.

Mediante a fundamentação teórica anterior, esta pesquisa estabeleceu quatro hipóteses visando identificar os determinantes do nível de *disclosure*.

As grandes empresas tendem a possuir um *disclosure* de maior qualidade, visto que os benefícios provenientes dessa divulgação tendem a serem maiores em comparação a redução de custos políticos (SILVA; KUTIANSKI; SCHERER, 2017). As pesquisas de Kouloukoui *et al.* (2015) e Forte *et al.* (2014) confirmaram a hipótese de que empresas com maior tamanho possuem melhor divulgação que as demais, na área ambiental e bancária, respectivamente. Com base nessas pesquisas, temos a seguinte hipótese:

H1: Empresas com maior tamanho possuem maior nível de *disclosure* do ativo imobilizado do que empresas de menor tamanho.

As empresas mais endividadas precisam divulgar detalhadamente sua situação patrimonial, de modo que tragam segurança a seus financiadores acerca de sua capacidade de honrar seus compromissos (SOUZA *et al.*, 2011). A pesquisa de Silva, Araújo e Santos (2018) corrobora ao confirmar a relação positiva entre endividamento e *disclosure* de passivo contingente. Diante do exposto, elabora-se a hipótese abaixo:

H2: Empresas com maior endividamento possuem maior nível de *disclosure* do ativo imobilizado do que empresas com menor endividamento.

Santos e Ribeiro (2017) constataram em sua pesquisa relação positiva entre *disclosure* ambiental e a rentabilidade, resultado semelhante ao de Góis, Luca e Júnior (2016), que confirmaram a hipótese que relacionava positivamente a rentabilidade e a evidenciação do capital humano. Em contrapartida, Souza, Rover e Borba (2016) identificaram um coeficiente

negativo, indicando que quanto menor a rentabilidade, maior o nível de divulgação. Consolidando o disposto acima, constitui-se a seguinte hipótese:

H3: Empresas com maior rentabilidade possuem maior nível de *disclosure* do ativo imobilizado do que empresas com menor rentabilidade.

As maiores empresas de auditoria, denominadas ‘*Big Four*’, tendem a exigir dos seus clientes maior cumprimento das exigências contábeis, conseqüentemente estas empresas possuem maior nível de *disclosure*. O estudo de Silva *et al* (2015) identificou relação positiva entre empresas auditadas por ‘*Big Four*’ e nível de *disclosure* ambiental. Diante disto, a última hipótese deste trabalho é:

H4: Empresas auditadas por ‘*Big Four*’ possuem maior nível de *disclosure* do ativo imobilizado do que empresas que são auditadas por outras empresas de auditoria independente.

As hipóteses definidas possibilitam avaliar a influência de fatores distintos sobre a evidenciação: porte, situação econômico-financeira e escolha da auditoria independente, demonstrando o conjunto complexo de variáveis que podem determinar o nível de divulgação.

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamentos da pesquisa

Quanto ao objetivo, pode-se definir a pesquisa como descritiva, visto que busca estabelecer as características de uma população à medida que demonstra o nível de divulgação do ativo imobilizado tangível depreciável das empresas listadas no segmento Novo Mercado da B3, evidenciando as variáveis que influenciam seu comportamento (MARTINS; THEÓPHILO, 2013).

A pesquisa, em relação à abordagem ao problema, caracteriza-se como quantitativa, com a aplicação das técnicas de estatística descritiva sobre as características da amostra, a análise de correlação com o coeficiente de correlação de *Pearson* visando analisar a relação entre as variáveis, e finalmente aplicando a técnica de análise de regressão múltipla, objetivando estabelecer relação causa-efeito entre as variáveis.

Por fim, referente aos delineamentos da pesquisa, classifica-se como bibliográfica, pois utiliza-se de materiais já publicados para construir o referencial teórico. E pesquisa documental, porque baseia-se no estudo de materiais que ainda não foram trabalhados analiticamente, possibilitando a organização de informações que se encontram dispersas e transmitindo uma nova importância (GIL, 2017). Nesta pesquisa, a natureza documental é de fonte secundária e composta pelos documentos: Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) e Notas Explicativas (NE) publicadas por 119 empresas listadas na B3, do segmento Novo Mercado, do exercício de 2018, que compõe a amostra. Portanto, tratam-se de documentos de fonte privada e de acesso público.

3.2 Definição da amostra

O tipo de amostragem aplicada no estudo classifica-se como amostra intencional, pois “[...] constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 98).

A pesquisa tem como população as empresas listadas na B3, no segmento Novo Mercado, que totalizavam 139 empresas em 31 de outubro de 2019. Não foram analisadas as empresas do setor de atuação ‘Financeiro e Outros’, devido às características excepcionais de suas atividades, não possuindo ativo imobilizando tangível depreciável relevante em suas operações. Foi retirada da amostra uma empresa do setor de Consumo Cíclico, devido a indisponibilidade das Demonstrações Financeiras Padronizadas e Notas Explicativas no *site* da B3 e da empresa. Portanto, a amostra contemplou 119 empresas.

Tabela 1 – Participação por setor

Setor	Amostra	Amostra (%)
Bens Industriais	19	15,96
Comunicações	1	0,84
Consumo Cíclico	45	37,81
Consumo não Cíclico	14	11,76
Materiais Básicos	6	5,04
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	7	5,88
Saúde	11	9,24
Tecnologia da Informação	4	3,36
Utilidade Pública	12	10,08
Total	119	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A Tabela 1 classifica a amostra por setor de atuação, que evidencia o setor de Consumo Cíclico como o mais representativo no segmento de Novo Mercado em 2019. Em contrapartida, o setor com menor participação na amostra é o de Comunicações, com apenas uma empresa, 0,83% da amostra.

3.3 Definição das variáveis e o modelo econométrico

O modelo contempla a variável dependente Nível de *Disclosure* do Ativo Imobilizado (NDAI) e as variáveis independentes Tamanho (TAM), Endividamento (END), Rentabilidade (REN) e *Big Four* (BIG).

O Quadro 1 lista as variáveis apresentadas no modelo estatístico:

Quadro 1 – Variáveis do modelo de análise de regressão múltipla

Variável	Legenda	Proxy	Tipo de variável	Fonte
Nível de <i>Disclosure</i> do Ativo Imobilizado	NDAI	Itens evidenciados / (Itens totais – Itens não aplicáveis)	Dependente	Kaveski, Carpes e Klann (2015)
Tamanho	TAM	Logaritmo do Ativo total	Independente	Silva, Kutianski, Scherer (2017)
Endividamento	END	Passivo Exigível / Ativo Total	Independente	Silva, Araújo e Santos (2018)
Rentabilidade	REN	Lucro líquido / Patrimônio líquido	Independente	Santos e Ribeiro (2017)
<i>Big Four</i>	BIG	Auditadas por <i>Big Four</i> = 1; Não auditadas por <i>Big Four</i> = 0.	Independente	Silva <i>et al</i> (2015)

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O modelo utilizado é o proposto por Hair *et al.* (2005, p. 137), conforme Equação 1:

$$NDAI_i = \beta_0 + \beta_1 TAM_i + \beta_2 END_i + \beta_3 REN_i + \beta_4 BIG_i + u_i \quad (1)$$

Onde:

NDAI representa o Nível de *Disclosure* do Ativo Imobilizado;

TAM representa o tamanho da empresa;

END representa o endividamento da empresa;

REN representa a rentabilidade da empresa;

BIG representa a variável *dummy* do fato de a empresa ser auditada por uma das *Big Four*; e *u* representa o termo de erro.

O modelo está em concordância com as hipóteses formuladas no referencial teórico, e através de seus resultados foi possível confirmar ou não cada hipótese.

3.4 Coleta e análise dos dados

Visando identificar os fatores determinantes do Nível de *Disclosure* do Ativo Imobilizado, foram analisadas as DFP e NE do exercício de 2018 das empresas de capital aberto listadas na B3, no segmento Novo Mercado. Foi aplicada a estruturação de categorias e subcategorias de indicadores por semelhança. Não foram analisadas as republicações após a segunda semana de janeiro de 2020, data em que foi iniciada a coleta de dados das Notas Explicativas.

Foi elaborado um *check list*, como instrumento de coleta de dados, em que foi utilizado o sistema de pontuação que adota o valor 1 quando a empresa divulga em sua Nota Explicativa o item de divulgação estabelecido no CPC 27 – Ativo Imobilizado e 0, em caso contrário. Quando a empresa mencionar que o item ‘não se aplica’ a sua atividade operacional será utilizada a expressão N/A, não integrando a base de cálculo do nível de *disclosure*.

O Quadro 2 apresenta os 16 itens de divulgação que serão avaliados na pesquisa, extraídos do CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Quadro 2 – *Check list* de itens analisados

Categoria	Subcategoria	Indicador
<i>Disclosure</i>	Mensuração de Ativo Imobilizado	Critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto
		Adições
		Aumentos ou reduções decorrentes de reavaliações
		Provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado
		Reversão de perda por redução ao valor recuperável de ativos, apropriada no resultado
		Variações cambiais
		O valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção
	Depreciação de Ativo Imobilizado	Depreciações
		Métodos de depreciação utilizados
		Vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas
		Valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no início e no final do período
		A depreciação, quer reconhecida no resultado, quer como parte do custo de outros ativos, durante o período
		A depreciação acumulada no final do período
<i>Disclosure</i>	Classificação de Ativo Imobilizado	Ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em um grupo classificados como mantidos para venda
		Aquisições por meio de combinações de negócios
		A existência e os valores contábeis de ativos cuja titularidade é restrita, como os ativos imobilizados formalmente ou na essência oferecidos como garantia de obrigações e os adquiridos mediante operação de leasing

Fonte: Adaptado de CPC 27 (CPC, 2009).

A análise dos dados utilizou-se das técnicas: 1) estatística descritiva dos dados, para demonstrar as características da amostra, principalmente visando encontrar o nível médio de *disclosure* e a sua classificação conforme os setores e itens analisados; 2) correlação de *Pearson*, objetivando verificar a existência de relação entre as variáveis, possibilitando analisar

se o aumento ou redução nas variáveis independentes está significativamente relacionado com o aumento ou redução da variável de dependente, que nesta pesquisa será o Nível de *Disclosure* do Ativo Imobilizado (NDAI); e 3) análise de regressão múltipla, identificando os fatores determinantes do Nível de Divulgação do Ativo Imobilizado Tangível Depreciável.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção se inicia, apresentada as a análise descritiva das variáveis adotadas no estudo, conforme evidencia a Tabela 2:

Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis

Variável	N	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
NDAI	119	0,1875	1,0000	0,7152	0,7500	0,1884
TAM	119	4,5579	8,5336	6,6533	6,6130	0,6451
END	119	0,1025	5,9948	0,6998	0,5959	0,6533
REN	119	-12,1932	0,7769	-0,1774	0,0919	1,3195
BIG	119	0,0000	1,0000	0,8235	1,0000	0,3812

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Devido a sua escala, foi utilizado o logaritmo do Ativo Total como *proxy* da variável Tamanho, visando eliminar distorções na aplicação do modelo de regressão. Diante disto, as variáveis apresentaram médias e medianas próximas, além de baixo desvio padrão, sugerindo séries simétricas.

A variável Nível de *Disclosure* do Ativo Imobilizado demonstra que algumas empresas possuem alto nível de evidenciação, visto que o nível máximo foi alcançado, ou seja, 100% de divulgação dos itens analisados. Entretanto, a média de 0,7152 comprova que as empresas divulgaram em média 71,52% dos itens analisados, conforme o Quadro 2.

Comparando com dados dos estudos anteriores, pode-se destacar a evolução do nível médio de *Disclosure*. O estudo de Kaveski, Carpes e Klann (2015) apresentou *Disclosure* médio de 58,80% nas empresas do segmento Novo Mercado da B3, com dados das Notas Explicativas do exercício de 2011. Já o trabalho de Silva, Silva e Laurencel (2016), constatou nível de *disclosure* médio de 67,10% com dados do exercício de 2012. Os resultados também são consistentes na comparação com estudos internacionais, tais como Cunha (2009) que encontrou aderência de 55,6% empresas da bolsa madrilenha e Costa e Oliveira (2015) que observaram uma aderência de 67,3% nas empresas cotadas na *Euronext* Lisboa.

Buscando verificar os setores que apresentaram os maiores índices de evidenciação, a Tabela 3 segrega o nível de *disclosure* conforme 4 intervalos:

Tabela 3 – Intervalos de *Disclosure*

Intervalo	<i>Disclosure</i>
1°	0,00 a 0,24
2°	0,25 a 0,49
3°	0,50 a 0,74
4°	0,75 a 1,00

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O intervalo 1 representa as empresas que possuem menor nível de evidenciação, já no intervalo 4 serão classificadas as empresas que mais evidenciaram. Com base nestes intervalos, a Tabela 4 classifica as empresas por setor.

Tabela 4 – Classificação das empresas por intervalos de *Disclosure*

Setor	1°	2°	3°	4°	Total
-------	----	----	----	----	-------

Bens Industriais	0	0	8	11	19
Comunicações	0	0	1	0	1
Consumo Cíclico	3	4	20	18	45
Consumo não Cíclico	0	1	3	10	14
Materiais Básicos	0	0	1	5	6
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	0	2	0	5	7
Saúde	1	0	6	4	11
Tecnologia da Informação	0	0	3	1	4
Utilidade Pública	2	0	3	7	12
Total	5,04%	5,88%	37,82%	51,26%	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A Tabela 4 revela que apenas 6 empresas estão no intervalo de menor divulgação, 5,04% da amostra. Nota-se que a maioria das empresas está no 4º intervalo, com destaque para os setores de Bens Industriais, Consumo não Cíclico e Materiais Básicos que possuem a maioria de suas empresas com alto nível de *disclosure*.

Tabela 5 – *Disclosure* médio por setor

Setor	<i>Disclosure</i> (%)
Consumo não Cíclico	80,42
Bens Industriais	80,41
Materiais Básicos	80,32
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	75,78
Comunicações	71,43
Utilidade Pública	69,14
Saúde	66,09
Consumo Cíclico	65,99
Tecnologia da Informação	61,77

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

As informações da Tabela 5 corroboram com a Tabela 4, classificando os setores de Consumo não Cíclico, Bens Industriais e Materiais Básicos com os melhores níveis de *disclosure*. Por outro lado, o setor de Tecnologia da Informação foi o que apresentou o menor nível de evidenciação.

A Tabela 6 demonstra os itens de divulgação obrigatória do Ativo Imobilizado Tangível Depreciable que obtiveram os maiores e menores níveis de *disclosure* apresentados pelas empresas.

Tabela 6 – *Disclosure* médio por item analisado

Item (maior nível)	<i>Disclosure</i>	Item (menor nível)	<i>Disclosure</i>
Crítérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto	98,32%	Ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em um grupo classificados como mantidos para venda	27,83%
Métodos de depreciação utilizados	97,48%	Variações cambiais	28,04%
Vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas	96,64%	Aquisições por meio de combinações de negócios	31,90%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A partir Tabela 6, vale destacar que os itens com maior nível de evidenciação estão ligados ao controle interno da empresa: critérios de avaliação, métodos de depreciação e vida

útil utilizado. Todavia, os itens de menor divulgação estão ligados a questões menos frequentes nas empresas, com possibilidade de serem itens não aplicáveis, que, todavia, não foram mencionados nas Notas Explicativas: Variações Cambiais e combinações de negócios.

Tabela 7 – Correlação entre as variáveis independentes com a variável NDAI

Variável	Coefficiente	Valor-P
Tamanho	0,3022	0,0008
Endividamento	-0,1474	0,1096
Rentabilidade	-0,0354	0,7026
<i>Big Four</i>	0,1597	0,0827

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Com os resultados da Tabela 7, verifica-se uma correlação positiva entre a variável NDAI e a variável Tamanho, com significância a 1%. Ou seja, quanto maior o Tamanho a empresa, maior é o seu Nível de *Disclosure* do Ativo Imobilizado. O resultado corrobora com a hipótese H1, confirmando a associação entre as variáveis, porém não determina relação de causa e efeito. Resultado semelhante foi encontrado por Costa e Oliveira (2015) junto a empresas portuguesa, segundo os quais o tamanho da empresa e o montante de ativos imobilizados são determinantes para o cumprimento dos requisitos da divulgação previstos na IAS 16.

Não foi constatada correlação significativa entre as variáveis Endividamento, Rentabilidade e *Big Four* com a variável NDAI, não sendo possível conformar as hipóteses H2, H3 e H4. Resultados também consistentes com aqueles encontrados por Costa e Oliveira (2015) no que diz respeito a rentabilidade e o tipo de auditoria, que segundo os quais, não foram relevantes estatisticamente no processo de evidenciação de imobilizados.

As Tabelas 8 e 9 apresentam os resultados na análise de regressão múltipla.

Tabela 8 – Resultado da análise de regressão múltipla

R ²	R ² ajustado	Erro Padrão	<i>Durbin-Watson</i>
0.1121	0.0809	0.1814	1,8723

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O coeficiente de determinação (R²) demonstra que 11,21% da variância do Nível de *Disclosure* do Ativo Imobilizado é explicada pelas variáveis Tamanho, Endividamento, Rentabilidade e *Big Four*. Por sua vez, o teste de *Durbin Watson* apresentou valor de 1,8723, evidenciando que os resíduos são independentes, ou seja, não existe relação entre eles.

Tabela 9 – Resultado da análise de regressão múltipla

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	T	Valor-P
(Constante)	0,1436	0.1838	0.782	0.4359
Tamanho	0.0827	0.0272	3.037	0.0029
Endividamento	-0.0155	0.0130	-1.196	0.2341
Rentabilidade	-0.0197	0.0277	-0.710	0.4792
<i>Big Four</i>	0.0386	0.0490	0.787	0.4326

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Conforme a Tabela 9, o valor-p da variável Tamanho é menor que o nível de significância de 1%, confirmando a hipótese H1 de que empresas com maior Tamanho possuem maior Nível de *Disclosure* do Ativo Imobilizado.

Entretanto, não foi constatada significância nas variáveis Endividamento, Rentabilidade e *Big Four*, indicando que elas não influenciam no Nível de *Disclosure* do Ativo Imobilizado, portanto não se confirmam as hipóteses H2, H3 e H4.

A presente pesquisa corrobora com os resultados das pesquisas de Silva, Kutianski e Scherer (2017), Kouloukoui *et al.* (2015), e Forte *et al.* (2014), que constataram que empresas com maior Tamanho possuem níveis mais altos de *disclosure*. Todavia, difere das pesquisas de Silva, Araújo e Santos (2018), Santos e Ribeiro (2017) e Silva *et al.* (2015), que confirmaram a relação entre o nível de *disclosure*, respectivamente, com as variáveis, Endividamento, Rentabilidade e *Big Four*. Ressalte-se que Karapavlović, Obradović e Bogičević (2020) afirmam que na Servia o processo de evidenciação sobre imobilizados, a despeito da exigência das normas, não são adequadas ou suficientes em boa parte das empresas.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo identificar os fatores que explicam o nível de *disclosure* relativo ao CPC 27 – Ativo Imobilizado das empresas de capital aberto listadas no segmento do Novo Mercado, da B3, referente ao exercício de 2018, considerando como prováveis determinantes as variáveis Tamanho, Endividamento, Rentabilidade e *Big Four*.

Foi evidenciado que as empresas divulgaram em média 71,52% dos itens solicitados no CPC 27 – Ativo Imobilizado, apresentando evolução quando comparados com estudos anteriores de Kaveski, Carpes e Klann (2015), com 58,80%, e Silva, Silva e Laurencel (2016), com 67,10%, bem como com pesquisas internacionais análogas - baseadas na IAS 16 (norma internacional basilar do CPC 27 – tais como de Cunha (2009) com 55,6% de aderência e Costa e Oliveira (2015) com 67,3%

Os setores de Consumo não Cíclico, Bens Industriais e Materiais Básicos obtiveram os maiores níveis de *disclosure*, com 97,43% de suas empresas presentes nos 3º e 4º intervalos de *disclosure*.

Como resultado, foi constatado que a variável Tamanho influencia significativamente a variável NDAI, corroborando com a hipótese H1, ou seja, quanto maior o tamanho da empresa, maior será o seu Nível de *Disclosure* do Ativo Imobilizado. Não foram verificadas relações significativas entre as variáveis Endividamento, Rentabilidade e *Big Four* com a variável NDAI, portanto rejeitando as hipóteses H2, H3 e H4.

Todavia, constatou-se que apenas 11,21% da variância do Nível de *Disclosure* do Ativo Imobilizado é explicada pelas variáveis Tamanho, Endividamento, Rentabilidade e *Big Four*.

O estudo contribui com o teste de variáveis como prováveis determinantes do nível de *disclosure*, dando continuidade a estudos semelhantes realizados anteriormente e aplicando seus conceitos em um novo segmento e período. Ressalta-se também a importância da pesquisa ao verificar o atendimento das empresas às obrigações de divulgação estabelecidas no CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Como limitação da pesquisa destaca-se que o resultado não pode ser generalizado, visto que a amostra é composta especificamente das empresas de capital aberto listadas no segmento do Novo Mercado, da B3, referente ao exercício de 2018. Sugere-se para pesquisas futuras a aplicação de novas variáveis em conjunto com a variável Tamanho, bem como a ampliação no universo de pesquisa, incluindo outros segmentos e períodos mais extensos.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BAEK, H. Y. LEE, D, y. Motives for and effects of asset revaluation : an examination of South Korean data. **Emerging markets finance & trade**, v. 52. out-dez, p. 2808-2817, 2016,

BIZELLI, J. S.; ALBUQUERQUE, A. A.; SOUZA, K. G. Impacto do nível de *disclosure* no custo de capital das empresas brasileiras de capital aberto do setor de construção civil.

Revista de Administração da UFMS, Santa Maria, v. 10, n. 4, p. 592-613, out./dez. 2017.

CARNEIRO, E. F. J.; CUNHA, J. A. C.; Influência do *disclosure* voluntário sobre o custo de capital de terceiros dos clubes de futebol brasileiros de maior torcida. **Revista de Administração da UNIMEP**, Piracicaba, v. 17, n. 1, p. 116-149, jan./abr. 2019.

CASSOTTO, Ivya Carneiro Cachoeiro; ZANOTELI, Eduardo José. *Disclosure* de tributos no Brasil. USP International Conference In Accounting, 18, 2018. **Anais [...]**. USP International Conference In Accounting. São Paulo: USP, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2OzZZTa>. Acesso em: 18 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, Integrantes. **A busca da convergência da contabilidade aos padrões internacionais**. Brasília, 2007. Disponível em: http://cpc.org.br/pdf/livreto_cpc.pdf. Acesso em 28 mar. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 27 - ativo imobilizado**. Brasília, 2009. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2014.pdf. Acesso em 28 mar. 2020.

COSTA, F. J. F da. OLIVEIRA, L. A. M. de. A divulgação dos ativos fixos tangíveis segundo a IAS 16 e o seu grau de cumprimento. **Rev. Innovar, Edición Especial**, v. 25, p. 47-60. 2015

CUNHA, P. R. **O grau de cumprimento com os requisitos previstos na IAS 16**: Estudo das empresas cotadas em Espanha. Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Portugal: 2009.

FORTE, Hyane Correia. *et al.* *Disclosure* de provisões e passivos contingentes e o valor de mercado das empresas brasileiras. USP International Conference In Accounting, 19, 2019. **Anais [...]**. USP International Conference In Accounting. São Paulo: USP, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3fCZHqu>. Acesso em: 18 jul. 2020.

FORTE, Lianny Maria. *et al.* Determinantes do *disclosure* voluntário: um estudo no setor bancário brasileiro. Encontro da ANPAD, 38, 2014. **Anais [...]**. ANPAD. Rio de Janeiro: ANPAD, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/398Da2t>. Acesso em: 18 jul. 2020.

FREIRE, Mac Daves de Moraes; SUZART, Janilson Antônio da Silva; CUNHA, Moisés Ferreira. Relação do custo de capital próprio e *disclosure* nas empresas brasileiras de capital aberto. Encontro da ANPAD, 36, 2012. **Anais [...]**. ANPAD. Rio de Janeiro: ANPAD, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3jjNpWo>. Acesso em: 18 jul. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GÓIS, A. D; LUCA, M. M. M.; MONTE, J. A. A. J. Fatores determinantes do *disclosure* de capital humano. **Revista Race**, Joaçaba, v. 15, n. 1, p. 201-226, jan./abr. 2016.

HAIR, J. F. *et al.* Análise multivariada de dados. 5. ed. São Paulo: Bookman, 2005.

KARAPAVLOVIĆ, N. OBRADOVIĆ, V. BOGIĆEVIĆ, J. The use of historical cost and fair value for property and plant and equipment measurement: evidence from the Republic of Serbia. **Economic Annals**, v.65, n. 227, October – December 2020

KAVESKI, I. D. S.; CARPES, A.; KLANN, R. C. Determinantes do nível de conformidade das evidenciações relativas ao CPC 27 em empresas do novo mercado da BM&FBovespa. **Revista Catarinense de Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 14, n. 41, p. 33-45, abr. 2015.

KOULOUKOUI, Daniel. *et al.* Determinantes de *disclosure* dos riscos climáticos nos relatórios anuais das empresas brasileiras. Encontro da ANPAD, 39, 2015. **Anais [...]**. ANPAD. Belo Horizonte: ANPAD, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2ZHglQn>. Acesso em: 18 jul. 2020.

LIMA, G. A. S. F. Nível de evidenciação × custo da dívida das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 49, p. 95-108, jan./abr. 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GELBCKE, Ernesto Rubens *et al.* **Manual de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAZZIONI, S.; BIANCHI, C. L.; DOMENICO, D. D.; KRUGER, S. D.; DEDONATTO, O. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos imobilizados. **Revista da UNIFEBE**, Brusque, v. 1, n. 17, p. 17-32, jan./abr. 2016.

PASSOS, Lineker Costa; SILVA, Kassy Modesto; ALMENDRA, Rafael Sales. Crescimento da firma e *disclosure*: uma análise empírica. Encontro da ANPAD, 40, 2016. **Anais [...]**. ANPAD. Costa do Sauípe: ANPAD, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2CSjcwD>. Acesso em: 18 jul. 2020.

PENA, T. O. M. **Estudo crítico do pronunciamento conceitual básico “estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis” emitido pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC)**. 2008. 206 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

PRAZERES, R. V.; ARAÚJO, J. G.; ARAÚJO, J. G. N.; LIMA, M. D. X.; LAGIOIA, U. C. T. Relações entre nível de divulgação dos ativos intangíveis e imobilizados e as características empresariais das companhias do setor de construção e transporte. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 92-109, jul./dez. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Campina Grande: Feevale, 2013. *E-book*. Disponível em: <http://bit.ly/2WSUqEP>. Acesso em: 30 mar. 2020.

REIS, L. G.; NOGUEIRA, D. R. *Disclosure* do ativo imobilizado: análise das práticas pelas empresas do Novo Mercado considerando o CPC 27. **Revista de Estudos Contábeis**, Londrina, v. 3, n. 4, p. 54-67, jan./jun. 2012.

SANTOS, Kelli Regiane Andrade; RIBEIRO, Flávio. Relação entre o nível de *disclosure* ambiental e os indicadores econômico-financeiros de empresas listadas no ISE da BM&FBovespa. Congresso Internacional de Administração, 2017. Anais [...]. **Anais ADM 2017**. Ponta Grossa: ADM 2017, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/30or0P5>. Acesso em: 18 jul. 2020.

SCARPIN, J. E.; MACOHON, E. R.; DALLABONA, L. F. Variabilidade dos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes na estrutura patrimonial das empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 3–14, dez. 2014.

SILVA, Adriano Cavalcante; STEINKE, Aline; ZANCHET, Aládio. Estrutura de capital e grau de *disclosure* voluntário: um determinante do custo de capital de terceiros. USP International Conference In Accounting, 18, 2018. **Anais [...]**. USP International Conference In Accounting. São Paulo: USP, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/32xCiDi>. Acesso em: 18 jul. 2020.

SILVA, F. P. S.; ARAÚJO, R. A. M.; SANTOS, L. M. S. Relação da rentabilidade e o *disclosure* de provisões e passivos contingentes ambientais das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3. **Revista Catarinense de Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 17, n. 42, p. 101-118, set./dez. 2018.

SILVA, J. S.; SILVA, A. H. C.; LAURENCEL, L. C. Nível de evidenciação obrigatória nas empresas de capital Aberto: uma análise do CPC 27. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 65, p. 40-50, jan./abr. 2016.

SILVA, M. C.; KUTIANSKI, S.; SCHERER, L. M. Fatores explicativos do nível de evidenciação de informações sobre o ativo imobilizado: um estudo nas empresas do setor de bens industriais listadas na BM&FBovespa. **Revista de Finanças Aplicadas**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 34-56, dez. 2017.

SILVA, M. N.; LIMA, J. A. S. O.; FREITAS, M. A. L.; SILVA, L. L. F.. Determinantes do *disclosure* ambiental nos relatórios de empresas listadas na Bovespa. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 7, n. 2, p. 01-15, jul./dez. 2015.

SILVA, Wesley Mendes; ONUSIC, Luciana Massaro; BERGMANN, Daniel Reed. Influência do *e-Disclosure* sobre o custo de capital ex-ante de empresas listadas. Encontro da ANPAD, 36, 2012. **Anais [...]**. ANPAD. Rio de Janeiro: ANPAD, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2CImZg5>. Acesso em: 18 jul. 2020.

SOUZA, M. M.; BORBA, J. A.; WUERGES, A. F. E.; LUNKES, R. J. Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 11, n. 2, p. 06-24, abr./jun. 2015.

SOUZA, M. M.; ROVER, S.; BORBA, J. A. Determinantes do nível de *disclosure* das combinações de negócios realizadas pelas empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Race**, Joaçaba, v. 15, n. 3, p. 945-968, set./dez. 2016.

SUZART, J. A. S. Índices de evidenciação: Quando um mais zero não é igual a um. **CONTABILOMETRIA - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, Monte Carmelo, v. 3, n. 1, p. 52-70, jan./jun. 2016.

VERRECCHIA, R. E. *Essays on disclosure*. **Journal of Accounting and Economics**. Amsterdam: v. 32, n. 1-3, p. 97-180, dec. 2001.